Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 96 - 113, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.11507

OS MAPAS DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA: O território em "miniatura" na Exposição de 1908 no Brasil

LOS MAPAS DE LA SOCIEDAD NACIONAL DE AGRICULTURA: El territorio en "miniatura" en la Exposición de 1908 en Brasil

THE MAPS OF THE NATIONAL AGRICULTURE SOCIETY: The "miniature" territory at the 1908 Exposition in Brazil

Wilma Guedes de Lucena

RESUMO

Os mapas publicados pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), premiados na Exposição Nacional de 1908, divulgaram o território brasileiro como "objeto portátil" e vendável para as economias dos centros capitalistas no alvorar do século XX. Eles constituíam um imenso "catálogo de vendas" com informações acerca do território nacional e das unidades federativas. O objetivo deste artigo é discutir sobre como os ditos mapas serviram a um projeto de "venda" do território. Sabemos que essas representações cartográficas exibidas na Exposição de 1908 intermediaram o conhecimento e domínio dos territórios por parte das economias imperialistas. Os produtores daqueles mapas, diziam expor a "*geografia econômica do país*" para contribuir com o seu "*desenvolvimento*". A agenda secreta existente nessa cartografia fazia do território uma mercadoria como as demais ao ocultar o trabalho expropriado. Os mapas da SNA também revelam como o território era concebido no passado e, simultaneamente, desvendam o território herdado e presente.

Palavras-chave: Mapas. Cartografia Histórica. Sociedade Nacional de Agricultura. Exposição Nacional.

RESUMEN

Los mapas publicados por la Sociedad Nacional de Agricultura (SNA), premiados en la Exposición Nacional de 1908, divulgaron el territorio brasileño como "objeto portátil" y vendible a las economías de los centros capitalistas en los albores del siglo XX. Ellos constituían un inmenso "catálogo de ventas" con informaciones sobre el territorio nacional y de las unidades federativas. El objetivo de este artículo es discutir sobre cómo dichos mapas sirvieron a un proyecto de "venta" del territorio. Sabemos que estas representaciones cartográficas exhibidas en la Exposición de 1908 intermediaron el conocimiento y dominio de los territorios por parte de las economías imperialistas. Los productores de esos mapas, decían exponer a *"geografía económica del país"* para contribuir con su *"desarrollo"*. La agenda secreta existente en esta cartografía hacía del territorio una mercancía como las demás al ocultar el trabajo expropiado. Los mapas de SNA también revelan cómo el territorio fue concebido en el pasado y, al mismo tiempo, desvelan el territorio heredado y presente.

Palabras-clave: Mapas. Cartografía histórica. Sociedad Nacional de Agricultura. Exposición Nacional.

ABSTRACT

The maps published by the National Agriculture Society (NAS), and awarded at the 1908 National Exposition, widespread the Brazilian territory as a "portable object," and marketable object for the economies of the capitalistic centers at the dawning of the XX century. These maps constituted a tremendous "selling catalog" with pieces of information on the national territory and federative unities. This article aims to discuss how these maps mentioned above served a project of "sale" of the territory. It is known that these cartographic renderings, displayed at the 1908 Exposition mediated the knowledge and domain of the territories by the imperialist economies. The producers of those maps claimed they exposed the "*economic geography of the country*" to contribute to its "*development*." The secret agenda concealed in the cartography regarded the territory as a commodity as the rest as hiding the dispossessed labor. The NAS maps disclose the conception of the territory in the past and, simultaneously, unveil the inherited and present territory.

Keywords: Maps. Historic cartography. National Agriculture Society. National Exposition.

Introdução[1]

O fim do Pacto colonial no Brasil, marcado por dois eventos históricos temporalmente distantes– a Abertura dos Portos (1808) e Proclamação da República (1889) – representou um novo momento das relações do país com os diferentes continentes e povos. Ademais, delineou-se "um campo de lutas econômicas e políticas no interior do qual o país passou a dar visibilidade a si próprio" e a "reatualizar sua identidade" (PEREIRA, 2000, p. 07). Obviamente, aqueles eventos não foram suficientes para liberar o Brasil da estrutura econômica herdada do período colonial, já que a produção e principalmente a comercialização dos produtos continuavam subordinadas ao controle dos grupos agroexportadores (ARRUDA, 2012).

Apesar da permanência da condição de economia dependente e periférica, o período republicano foi marcado por um clima de otimismo quanto à posição do Brasil no cenário econômico internacional, (BORGES, 2007). Nesse contexto, foram criados serviços, sociedades e/ou instituições que, direta ou indiretamente, se propunham firmar o Brasil como um país moderno, cosmopolita e atrativo para diferentes frações do capital (Ibid). Ao mesmo tempo essas instituições buscavam dinamizar o mercado interno, estimulando a circulação de produtos agrícolas, mercadorias e frações de capitais acumulados no próprio território brasileiro. E, do mesmo modo, pensava-se a produção de materiais (textuais, iconográficos, cartográficos etc.) e catalogação de produtos que, a um só passo, promovesse maior conhecimento sobre as riquezas e produtos originalmente brasileiros e os propagandeasse nos centros das economias capitalistas.

Dentre as ditas sociedades, daremos ênfase à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) fundada em 1897 e, especialmente, aos mapas que essa Sociedade produziu para apresentar na Exposição Nacional de 1908 sediada no Rio de Janeiro, Capital Federal da época. Com base nisso, buscamos discutir como os mapas produzidos pela SNA, apresentados na referida exposição, divulgaram o território brasileiro como "objeto portátil", trocável e vendável para as economias imperialistas no início do século XX. Em outras palavras, discutiremos como o território "em miniatura" constituía um catálogo de vendas do Brasil e de expropriação do trabalho que ali se realizava (ASSIS, 2016).

Esses mapas retratavam os cultivos e a indústria pastoril dos diversos estados do Brasil, bem como do Distrito Federal e do Território do Acre. Também representavam, na escala nacional, a distribuição das produções agrícolas e das florestas, o clima, a demografia, a localização de instituições ligadas à agricultura dentre outras informações. Complementarmente, analisamos: os textos (também disponíveis na referida coleção) que acompanhavam os mapas da SNA e que eram utilizados para justificar a sua elaboração, bem como as informações representadas nos mapas; e, os jornais da própria Exposição Nacional de 1908 para obter mais detalhes acerca da realização do evento e de sua dinâmica interna. Os mapas e os textos que os acompanhavam estão disponíveis em versão física na Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP e em versão digital para acesso e download gratuitos no site *David Rumsey Map Collection*. Já os jornais, um álbum de fotografias e o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional, foram encontrados na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional e no acervo da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin[2]

Esses textos, mapas e imagens, por sua vez, foram lidos e discutidos na perspectiva benjaminiana de que esses documentos que guardam a história dos "vencedores", na verdade ocultam o cortejo de violências e expropriações que envolviam os processos de formação territorial baseados na sociabilidade do valor. Portanto, urge uma leitura a contrapelo que desvende a agenda oculta por trás daqueles mapas. Afinal, a barbárie que neles residem podem ser a chave de sua interpretação (SOUSA NETO, 2020)

Para essa discussão, o texto foi divido em três seções. A primeira, explicita a opção de método quanto à discussão e leitura dos mapas, entendo-os como instrumentos na lógica de apropriação do território como mercadoria. A segunda, discorre sobre a Exposição Na-

cional como vitrine desse território, sobre a SNA como agenciadora dos negócios que envolviam a sua apropriação privada e sobre como os mapas foram utilizados como catálogo de vendas. E, a terceira, trata da apropriação territorial por frações do capital advindos dos centros capitalistas de então e de como as estratégias de realização desse processo são identificáveis nos mapas da SNA. Por fim, conclui-se que o território de nosso presente histórico documenta e ao mesmo tempo constitui a herança desses processos de outrora. O território herdado e presente se constitui preenchido de um passado nem tão distante.

Os mapas nas vitrines do capitalismo

Ao longo do século XIX o uso das imagens (mapas, fotos, charges etc.) na difusão de ideias e projetos políticos, sociais, de Estado, enfim, da modernidade, foi cada vez mais intenso. A revolução burguesa nas relações sociais e de produção, provocou rápidas e profundas mudanças nas relações espaciais locais e nacionais. Conquanto, "as geografias da mente precisaram se adaptar ao mundo da variação geográfica e da 'alteridade', que passaram a constituir o espaço global da atividade político-econômica" (HARVEY, 2015, p. 360) para então ser possível apreender e apreciar esse mesmo mundo. Isso denotava, "entre outras coisas, aprender a lidar com as relações sociais e espaciais ocultas no intercâmbio de mercadorias" (Ibid).

Este momento foi marcado por uma ampliação e diversificação na produção iconográfica, fato também impulsionado pelo surgimento de novos procedimentos e recursos técnicos na produção de imagens. Os materiais produzidos, por sua vez, passaram a circular com mais velocidade em função do desenvolvimento nos serviços de transporte e comunicação (telégrafos, trens, e depois telefonia, cinema etc.) que desde então passavam a ter alcance mundial. Quando trata das obras de arte nessa "época da reprodutibilidade técnica" Benjamin (2014, p. 45) revela que as mudanças técnicas alteraram a consciência acerca dessas obras bem como sua apreensão. O autor afirma que "com a fotografia, o valor de exposição começa a premir para trás o valor de culto" (Ibid) e elabora uma crítica a estetização da política que, em sua concepção, foi orientada pelas mudanças técnicas que provocaram a alteração da percepção sensorial, como também conduziram à processos de alienação das classes sociais.

Diante dessas transformações técnicas, mas também sociais e políticas, alteravam-se as formas e as escalas dos atos de olhar, comparar e julgar as diversas sociedades e culturas do mundo. Dentre as formas de praticar esses atos, Margareth Pereira (2000, p. 08) afirma que as Exposições Universais, talvez tenham sido das mais eficientes "ensinando as novas massas urbanas a observar cidades, povos, culturas e também a hierarquizá-los a partir de uma visão única e evolucionista de desenvolvimento e história". A ideia de olhar, comparar e julgar, promovida a partir dessas Exposições, em que as diferentes formações sociais e suas formas de vida eram classificadas e hierarquizadas, consolidou "novas práticas sociais e um novo trinômio: exibir, admirar e consumir" (PEREIRA, 2000, p. 11). Isto porque esses grandes espaços (feiras ou mostras) que eram as Exposições Universais, estreitavam contatos e trocas entre representantes de Estados, cientistas, técnicos e, principalmente, negociantes.

Apresentavam-se naqueles momentos, as possibilidades de realização do valor em cada uma das formações sociais e territórios ali "miniaturizados" e exibidos no grande espetáculo capitalista. Como disse Raimundo Assis (2016), aquelas Exposições eram verdadeiras "vitrines da geopolítica do capitalismo", mas eram também "miniaturas do mundo" (LOIS, 2018). Nestas, a mercadoria como "espetáculo" (DEBORD, 1997) se realizava plenamente.

Nessa perspectiva, as miniaturas de que tratamos devem ser compreendidas no âmbito da universalização da mercadoria e da proletarização da força de trabalho. Portanto, são compreendidas não como representações que podiam ser dominadas pela imaginação, criadas "para sair da prisão", tal como nos contos analisados por Bachelard (1993). O "mundo em miniatura" na forma das Exposições Universais, feiras e museus comerciais,

e os "territórios em miniaturas" expressos nas formas de produtos, textos, mapas etc. colocados em exposição, constituíam representações à imagem e semelhança da mercadoria e da sociabilidade do valor. Nesses termos, entendemos as miniaturas dominadas por uma certa imaginação: a da destruição criativa do capitalismo (HARVEY, 2011; 2015). E é somente com essa compreensão que admitimos Bachelard (1993, p. 159) quando diz que tanto "melhor" se possui/ía o mundo "quanto mais hábil for em miniaturizá-lo".

Por sua vez, o território em miniatura representado pelos mapas compunha uma poderosa ferramenta de poder social, econômico e territorial, que servia à expansão de negócios, manutenção da propriedade privada e de ocultamento de uma agenda de poderes e conflitos (HARLEY, 2005). A ideia "de conjunto"[3] que se tinha a partir dos mapas conferia a estes um grande destaque nas Exposições Universais, Nacionais, nos Museus Comerciais etc. Isto porque podiam ser utilizados para: obter efeitos performativos – a gerar determinadas apreensões e apropriações do mundo (LOIS, 2018); para servir de operadores espaciais, direcionando certas apropriações territoriais das classes dominantes (KUVASNEY, 2017); para servir de instrumento de fixação de fronteiras (BIAGGI, 2015) ou catálogo de vendas dos territórios, tal como apontado por Enali De Biaggi através dos mapas da Comissão de Expansão Econômica do Brasil no Exterior[4] atuante entre 1907-09 e também mencionados por Borges (2007); e, para alienar os/as trabalhadores/as "em favor do objeto contemplado" (DEBORD, 1997) e de sua agenda oculta.

"O Brasil visto por dentro" – a exposição, a SNA e os mapas

A preocupação em aderir às concepções mercadológicas, urbanísticas e comportamentais da modernidade burguesa difundida a partir do contexto histórico mencionado, fez com que "os governos e as elites das ex-colônias ibero-americanas" adotassem e implementassem "versões nacionais das práticas modernizantes" (BORGES, 2007, p. 97). No Brasil, ocorreu uma expansão dos meios de comunicação e transporte; realizou-se um conjunto de reformas urbanas e sanitárias; passou-se a importar uma quantidade cada vez maior de produtos manufaturados; incentivou-se a mobilidade de trabalhadores oriundos de outros países; lançou-se mão de novas linguagens visuais e difundiu-se inovações tecnológicas – buscava-se desmontar a ideia do Brasil como um país pitoresco (BORGES, 2007). Muitas matérias do início do século XX revelam essa preocupação de como o Brasil estava "sendo visto" e apreendido no estrangeiro.

Os anos de 1907 a 1909 foram de intensas atividades propagandísticas do Brasil no exterior. A historiadora Maria Borges (2007), detalha algumas medidas encampadas para a "venda" de um Brasil "moderno e civilizado", destacando sobretudo a fundação do Museu Comercial do Rio de Janeiro e a criação do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro (criado em 3 de outubro de 1907 pelo Decreto-lei n. 6.688). Vale dizer que logo após a criação desse serviço, foi instalado um escritório em Paris, no *Boulevard d'Italiens*, com o intuito de efetivar os negócios que se pretendia com aquela Comissão. Além disso, em 1908 foi dado início à Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro, que agregava todos os envolvidos nesse amplo projeto comercial. A autora mostra que nos anos de "vida útil" do Museu Comercial, foram montadas exposições permanentes com coleções *in natura* dos diferentes estados da União, e tanto dentro como fora do país foram realizadas inúmeras conferências acerca da vida e da produção desses estados. Nesse ínterim, "um mostruário contendo 2.066 amostras de diferentes produtos nacionais foi montado pela 'Commissão de Propaganda' do Museu" e no exterior foi distribuído "um total de 139.127 livros e opúsculos; 241.847 mapas diversos e mandou editar 1.814.337 cartões-postais e pequenos reclames sobre os produtos brasileiros" (BORGES, 2007, p. 102-103). Para divulgar internamente os avanços desse serviço propagandístico, vários jornais da imprensa oficial divulgaram traduções de textos que circulavam no exterior, tal como verificamos no jornal da Exposição de 1908.

Concomitante a isso, crescia um clima de otimismo em relação ao crescimento econômico do país, e esse clima decorreu, dentre outras coisas, do efeito "obtido pelos pavilhões brasileiros na Exposição Universal de 1893 em Chicago e na Exposição Universal de Saint-Louis em 1904" (PEREIRA, 2000, p. 14). No entanto, o dito sucesso trazia à tona um questionamento: "Mas os brasileiros, conheciam eles o Brasil?"

> A pergunta era pertinente na medida em que a exposição de Saint Louis retirara o país da doce ilusão e do conforto da sua posição periférica revelando a fecunda atividade e os progressos de vários setores da indústria nacional, do quais só se falava em tons de piada. Os brasileiros pareciam mais se interessar "pelo que vai por além-mar do que o acontecido dentro das raias do nosso vastíssimo território". Se a Exposição de Saint Louis foi uma "maravilha" para o estrangeiro, era preciso confessar "que talvez fossemos nós mesmo os mais maravilhados" (PEREIRA, 2000, p. 15).

Assim, emergia uma necessidade ainda maior, do que em relação a tempos pretéritos, de inventariar as riquezas, produtos e invenções registradas e/ou que surgiam nos diversos lugares do Brasil. De todo modo, lembremos que a "fecunda atividade" e progressos "de vários setores" se davam às custas de grandes volumes de capitais exportados, ora através da agroexportação, ora por meio dos volumosos empréstimos contraídos pelo país (ARRUDA, 2012). Portanto, via-se um "progresso" no mínimo controverso.

O fato é que a necessidade de se afirmar no plano internacional – "aos olhos do estrangeiro" – e, ao mesmo tempo, fortalecer seu mercado interno, mobilizou diferentes grupos das classes sociais dominantes para: "olhar, julgar e comparar" o Brasil a partir "de dentro" e, em seguida, para promover o consumo do território inventariado, afinal, "difundir, admirar e consumir" era ainda mais importante. Foi no escopo dessas "necessidades" que a Exposição Nacional de 1908 (sediada na cidade do Rio de Janeiro recém modernizada[5]) que parte desse projeto foi efetivado.

Podemos dizer que justificativas formais para realizar esse evento não faltaram: comemoração do primeiro centenário da Abertura dos Portos, do primeiro centenário da chegada da Corte Portuguesa ao Brasil e do primeiro centenário do Jardim Botânico e da Imprensa no país. As imagens que celebravam essas "comemorações" (publicadas em selos, nos certificados de participação no evento e em outras publicações) também traziam mapas para evidenciar o domínio e "controle" sobre o território desse país que olhava "para dentro" se esgueirando "para fora".

A realização da Exposição ocorreu no governo do Presidente Afonso Penna e o evento foi proposto[6] e coordenado pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas – o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida. Para além dos Pavilhões do Distrito Federal, de Portugal (único país convidado para participar da Exposição) e dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Santa Catarina, bem como dos demais edifícios para outros estandes, também foram erguidos pavilhões de grupos ou sociedades ligadas às atividades industriais ou outras atividades econômicas. Dentre estas, estava a Sociedade Nacional de Agricultura – SNA (Ver Figuras 01 e 02).

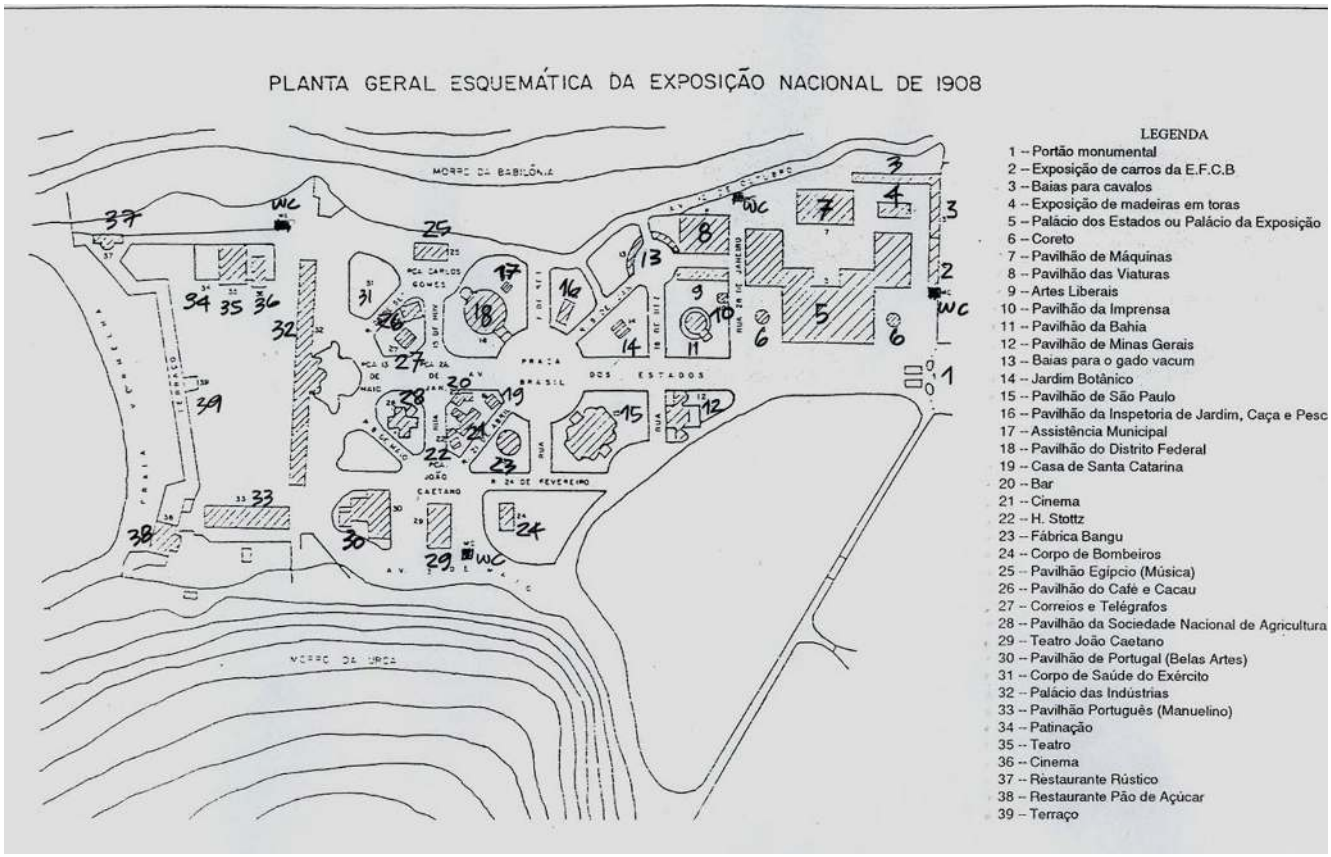


Figura 01: Situação geográfica do local de realização da Exposição Nacional de 1908 – limites com o Morro da Urca (Norte), Praia Vermelha (Leste) e Morro da Babilônia (Sul) – e disposição dos pavilhões projetados para o evento. ***Fonte:*** *http://saudadesdoriodoluizd.blogspot.com/2017/06/expo-de-1908.html*

Um dos principais objetivos explicitados pela SNA, era modernizar a agricultura, tanto estimulando a pesquisa e um maior conhecimento científico acerca das diferentes regiões climáticas e de solo do Brasil, como também incentivando as melhorias na produção com a inserção de inovações técnicas dentre outras ações.

Segundo Sônia Mendonça (2000, s/p), a atuação da referida Sociedade estruturava-se em torno de algumas demandas: "o fomento ao associativismo; a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo, alternativos à Escola de Agronomia de São Paulo", tal como a Escola de Agronomia do Rio de Janeiro. No plano estratégico, "tornou-se uma agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, além de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos". Talvez por isto o número de sócios tenha passado tão rapidamente de 47 sócios em 1897 (data de fundação da Sociedade) para 5.200 em 1908 (MENDONÇA, 2000), que possivelmente influiu no aumento do número de sedes locais de sociedades de agricultura, como também cooperativas e bancos rurais, escolas de agricultura, campos e experimentos e demonstração, estações agronômicas dentre outras (Figura 03).

A Sociedade defendia também uma maior aproximação entre as ciências naturais e a agricultura tendo em vista a demanda de melhor conhecer os climas, os solos, as condições de plantio e até mesmo de apropriação e/ou conservação da natureza (neste último caso, havia divergências[7]). Segundo Mello (2012), os membros da SNA acreditavam que essa aproximação deveria ser promovida pelo Estado através de um órgão específico voltado para a agricultura. Foi assim que em 1902 propuseram à Câmara Federal o projeto de criação "do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) o qual foi aprovado em 1906 e implementado apenas em 1909 (MELLO, 2012, p. 120).



Figura 02: Pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura na Exposição Nacional de 1908, Urca, Rio de Janeiro. ***Fonte:*** *Site do Arquivo Nacional, MA-PA-Memória da Administração Pública Brasileira*



Figura 03: Mapa da localização e distribuição das instituições agrícolas na escala nacional. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey.*

Uma informação importante levantada por Vanessa Mello (2012, p. 119) é que "a SNA foi herdeira da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), pois as mesmas famílias estiveram à frente da criação de ambas, com destaque para a [família] baiana, proprietária de terras, Calmon du Pin e Almeida". Vale lembrar que o Ministro que articulou a realização da Exposição Nacional era dessa mesma família e foi exatamente o seu Ministério – o da Indústria, Viação e Obras Públicas – que teve as funções desmembradas com a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio[8] (implementado em 1909). Este fato, por sua vez, revela uma articulação de interesses em diversas escalas institucionais e no âmbito dos negócios privados de algumas oligarquias com amplos poderes regionais.

A instrução agrícola e a propaganda de suas ações, ideias e produtos eram outras grandes preocupações da SNA. A instrução era promovida por meio de conferências, palestras, publicações de estudos técnicos, difusão de escolas agrícolas, laboratórios de experimentação, museus de terra e sementes dentre outras ações. A propaganda, por sua vez, se dava pela divulgação científica acerca de suas ideias e do cultivo de diversos produtos agrícolas no Brasil. Tanto é que a Sociedade criou uma revista própria, denominada *A Lavoura*. Ba-

sicamente este material, "apresentaria transcrições ou traduções de revistas do país e do estrangeiro que tratassem de temas pertinentes à agricultura brasileira e publicaria os resumos de conferências e congressos realizados na sede da Sociedade ou em outros pontos do Brasil" (MELLO, 2012, p. 120).

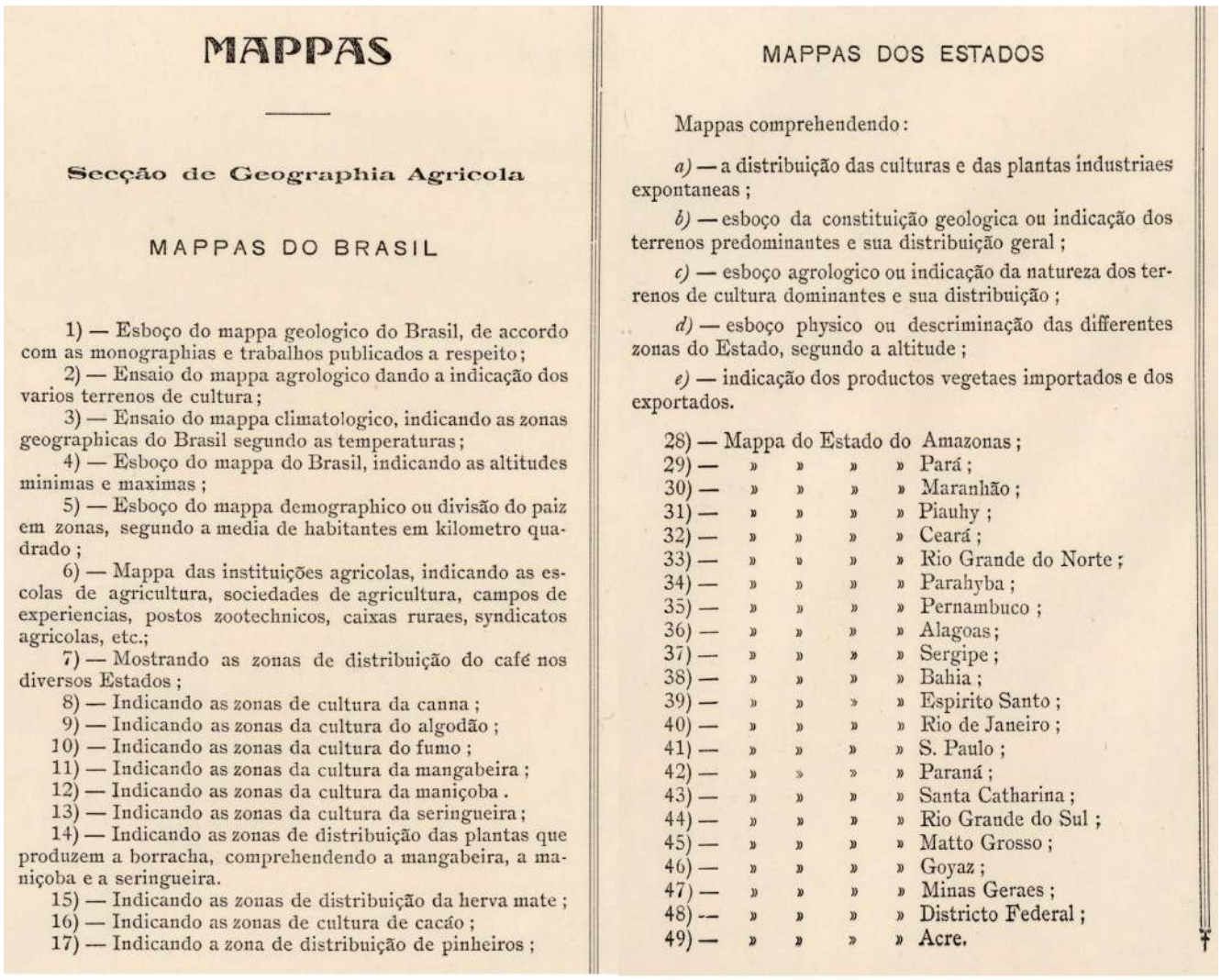
Logicamente, diante os interesses em divulgar os seus negócios e de articular novos contatos e intercâmbios comerciais, tanto no mercado interno como externo, os grupos ligados à SNA garantiram sua participação efetiva na Exposição Nacional de 1908.

Dentre o material então produzido pela SNA para participação na Exposição Nacional, toma-nos atenção os Mapas da "Secção de Geographia Agrícola" que receberam o "Grande Premio" na dita Exposição, os quais foram impressos pelo "Estabelecimento Graphico Weiszflog Irmãos – S. Paulo[9]" e foram organizados num conjunto de 39 mapas e 10 diagramas pelo agrônomo Manoel Paulino Cavalcanti[10] (Figura 04).

Vale dizer, segundo homenagem da *Revista Nacional* (edição de setembro de 1922, n. 12), que o fundador da Weiszflog Irmãos – Otto Weiszflog – foi responsável pela renovação "da arte gráfica em nosso país e organizador da cartografia brasileira" (*Revista Nacional* apud SILVA e SANTOS, 2018). Uma breve pesquisa no "Instrumento Provisório dos Documentos Cartográficos" do Fundo Francisco Bhering, no site do Arquivo Nacional – RJ (BRASIL, 2013), reforça esse papel da gráfica da Weiszflog Irmãos. Isto porque muitos dos mapas que constam nesse acervo passaram pela edição e impressão desse estabelecimento gráfico. Embora essas informações não sejam mais bem exploradas no presente texto, ainda sim são importantes porque como editores dos mapas, aqueles agentes participavam ativamente da produção de narrativas acerca do que seria ou não evidenciado na cartografia produzida. Portanto, participavam da construção da agenda de poder que orientavam os ditos mapas.

Outra informação acerca desses mapas, diz respeito a um texto introdutório que acompanha a sua publicação, destinado a explicar a produção dos mapas e a justificar sua importância. Esse texto introdutório revela uma retórica que merece ser explorada.

Primeiro, dizia-se que "um dos grandes entraves que tolhem o desenvolvimento do Brasil é a falta de conhecimento do que ele é, do que vale e do que pode ser por suas condições de productividade". Afirmava-se também que a "ignorância de nós mesmos começa[va] nas escolas", já que muito se via da geografia do mundo e pouca do Brasil, e que quando se tratava do próprio país "nossa geographia se limita[va] a parte physica, com preterição quasi absoluta da parte economica".



MAPPAS

Secção de Geographia Agricola

MAPPAS DO BRASIL

1) — Esboço do mappa geologico do Brasil, de accordo com as monographias e trabalhos publicados a respeito;
2) — Ensaio do mappa agrologico dando a indicação dos varios terrenos de cultura;
3) — Ensaio do mappa climatologico, indicando as zonas geographicas do Brasil segundo as temperaturas;
4) — Esboço do mappa do Brasil, indicando as altitudes minimas e maximas;
5) — Esboço do mappa demographico ou divisão do paiz em zonas, segundo a media de habitantes em kilometro quadrado;
6) — Mappa das instituições agricolas, indicando as escolas de agricultura, sociedades de agricultura, campos de experiencias, postos zootechnicos, caixas ruraes, syndicatos agricolas, etc.;
7) — Mostrando as zonas de distribuição do café nos diversos Estados;
8) — Indicando as zonas de cultura da canna;
9) — Indicando as zonas da cultura do algodão;
10) — Indicando as zonas da cultura do fumo;
11) — Indicando as zonas da cultura da mangabeira;
12) — Indicando as zonas da cultura da maniçoba.
13) — Indicando as zonas da cultura da seringueira;
14) — Indicando as zonas de distribuição das plantas que produzem a borracha, comprehendendo a mangabeira, a maniçoba e a seringueira.
15) — Indicando as zonas de distribuição da herva mate;
16) — Indicando as zonas de cultura de cacáo;
17) — Indicando a zona de distribuição de pinheiros;

MAPPAS DOS ESTADOS

Mappas comprehendendo:

a) — a distribuição das culturas e das plantas industriaes expontaneas;

b) — esboço da constituição geologica ou indicação dos terrenos predominantes e sua distribuição geral;

c) — esboço agrologico ou indicação da natureza dos terrenos de cultura dominantes e sua distribuição;

d) — esboço physico ou descriminação das differentes zonas do Estado, segundo a altitude;

e) — indicação dos productos vegetaes importados e dos exportados.

28) — Mappa do Estado do Amazonas;
29) — » » » » Pará;
30) — » » » » Maranhão;
31) — » » » » Piauhy;
32) — » » » » Ceará;
33) — » » » » Rio Grande do Norte;
34) — » » » » Parahyba;
35) — » » » » Pernambuco;
36) — » » » » Alagoas;
37) — » » » » Sergipe;
38) — » » » » Bahia;
39) — » » » » Espirito Santo;
40) — » » » » Rio de Janeiro;
41) — » » » » S. Paulo;
42) — » » » » Paraná;
43) — » » » » Santa Catharina;
44) — » » » » Rio Grande do Sul;
45) — » » » » Matto Grosso;
46) — » » » » Goyaz;
47) — » » » » Minas Geraes;
48) — » » » » Districto Federal;
49) — » » » » Acre.

Figura 04: Descrição da coleção dos mapas publicado e divulgados pela SNA na Exposição Nacional de 1908. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey.*

Ao continuar, aquela publicação afirmava que essa "indiferença" perpassava tanto a escola como o Congresso e o Governo. Portanto, a produção dos mapas constituía uma tentativa da SNA de sistematizar os dados já levantados sobre o que eles chamavam de uma "geografia economica do paiz".

Assim, tendo reunido os dados da Repartição de Estatística Comercial e com base nos documentos listados no texto introdutório de que tratamos, a Sociedade fez a opção por expor as informações em representações cartográficas já que "dar[ia] idéa de conjunto" e porque "diz[ia] mais com maior realce, representando as regiões em seu todo sob o ponto de vista pretendido" e desse modo, o material constituiria uma síntese da geografia econômica do país no "presente de então[11]". Conquanto, vemos, assim como sugere Harley (2005, p. 63) "que la retórica cubre todas las capas del mapa. Como imágenes del mundo, los mapas nunca son neutrales o sin valor, ni siquiera completamente científicos", portanto, atendem a um "ponto de vista pretendido" que extrapola a temática abordada e vai ao encontro de interesses bem definidos.

O referido documento que acompanhava os mapas da SNA também reconhecia a insuficiência dos dados e a necessidade de observação em campo, o que considerava a necessidade de continuar o trabalho de pesquisa a fim de complementar as informações publicadas naquele momento. De toda forma,

> Foram organisados mappas de cada um dos Estados, do Districto Federal e do Territorio do Acre, indicando, em cada um dessas regiões, mediante convenções coloridas, em esboço, a composição geológica, a natureza dos terrenos agricolas daí derivados, as zonas de niveis differentes, por suas altitudes extremas, e, em escala maior, a região com a distribuição de suas culturas, das plantas espontaneas exploradas e de sua industria pastorial.

> O mesmo estudo foi feito em mappas representando todo o paiz, quer com relação a composição geologica e agrologica, quer ainda com a indicação das altitudes e temperaturas, como elementos do clima, e com a especificação de cada uma das importantes producções agricolas ou florestaes, em sua distribuição. Alguns outros indicam a densidade da população, dividindo o paiz em tres zonas, e a distribuição de associações e instituições agricolas. (Texto da Coleção de Mapas da SNA expostos na Exposição Nacional de 1908)

Essa produção cartográfica compunha, por sua vez, um dos trabalhos realizados no âmbito do escritório de informações agrícolas que a SNA estava organizando em sua sede. E, com essa mesma coleção de mapas, a Sociedade concorreu ao 2º Congresso de Geografia, realizado em setembro de 1910 em São Paulo. Os pareceres emitidos sobre esse acervo cartográfico na ocasião do dito congresso também constam no texto de que tratamos logo acima.

Com base nessas informações, entendemos que todas as justificativas apresentadas para a elaboração dos mapas da SNA, coadunavam com os interesses contidos na realização da Exposição de 1908. Lembremos do anseio acerca de conhecer o Brasil ("do que ele é, *do que vale* e do que pode ser") em termos de produtividade – [era no sentido mesmo de celebrar a própria produção, seu comércio e seu "desenvolvimento econômico"]. A Exposição era como um grande "inventário" do Brasil "para os próprios brasileiros" (PEREIRA, 2000, p. 07).

Recordemos também que a necessidade de pensar uma geografia econômica do Brasil era, em outras palavras, a necessidade de uma "imaginação geográfica[12]" que fosse além da modernização dos espaços e das reformas urbanas, já que deveria igualmente promover uma apropriação do espaço na escala do território, apresentando-o como o novo a ser explorado no processo de acumulação e expansão do valor. Portanto, nada mais coerente do que expor esse mesmo território numa visão "de conjunto", tal como pretendido nos mapas dos estados e do país.

No âmbito desses processos, e considerando as produções da SNA, reforçava-se a ideia da vocação agrícola do Brasil e de que esta vocação deveria ser estimulada com a modernização no setor. Com isso, é tentador pensar que aquelas ações e projetos se desenvolviam pressupondo as concepções liberais contidas na lei das vantagens comparativas (ARRUDA, 2012).

É certo que a SNA, e o próprio espetáculo figurado na Exposição Nacional, creditava a importância dos mapas aqui tratados pelo seu papel na divulgação científica, na propaganda e mesmo na instrução pública acerca do conhecimento sobre o território nacional e suas potenciais riquezas econômicas. Com o exposto até aqui, é possível deduzir que a divulgação não era apenas científica.

O Brasil no "estrangeiro" – a divulgação não é só científica

Apesar desse "Brasil em exposição" conformar uma visão "interna", como afirma Pereira (2000), há que dizer que os materiais (textos, iconografia, produtos inventariados, etc.) ali produzidos a partir de um ponto de vista "de dentro", voltavam-se constantemente para os olhares de fora. Afinal, mesmo diante da necessidade de fortalecimento do mercado interno, a dependência deste mercado em relação ao capital acumulado na exportação agrícola, interditava esse "olhar de dentro para dentro" e a potência dele. Vejamos.

Apesar da SNA valorizar a produção de textos e outros materiais resultantes de pesquisas e investigações acerca do país para divulgação científica, a principal função do levantamento de informações, de dados sobre produtos, invenções, condições de solo, disponibilidade de terras dentre outras coisas, era garantir a produtividade no âmbito das atividades agroexportadoras, e das que estavam atreladas a estas atividades. Em outras palavras, buscava-se mapear as áreas para expansão do "capital estrangeiro". Essa constatação está explícita na própria publicação dos mapas da SNA. A ideia era aumentar a produtividade, garantir a qualidade desses produtos, para então vender mais – [algo não muito diferente do modelo *agrobusiness* de hoje, com ressalva para a escala de atuação, níveis de produtividade e incremento técnico]. É importante dizer que os principais compradores nas pri-

meiras décadas do século XX ainda eram os centros europeus, mas também já se verificava transações cada vez mais frequentes com o Estados Unidos da América (EUA), como atesta Arruda (2012).



Figura 05: Mapa Demográfico do Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey*



Figura 06: Mapa do cultivo da Seringueira no Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey*



Figura 07: Mapa do cultivo de Café no Brasil, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey*



Figura 08: Mapa do Cultivo de Algodão, exibido pela Seção de geografia agrícola da SNA na Exposição Nacional de 1908. ***Fonte:*** *Map Collection David Rumsey*

Tanto é que mesmo se tratando de uma coleção de mapas produzida para exposições e eventos nacionais, ainda assim quase todos os textos dos mapas estavam traduzidos para o francês, tal como observamos nas legendas, nos títulos etc.

Outro ponto a ser discutido é o de que o discurso acerca da "vocação agrícola" era reforçado pelos tipos de informações dispostas nos mapas da SNA, os quais já listamos anteriormente. Além disso, ao mostrar as áreas onde se concentravam as produções de determinados produtos primários, a localização de sociedades agrícolas e as condições de solo, de clima, a altitude em que se davam essa produções etc., os mapas revelavam como as diversas frações de capital (o financeiro, mercantil, industrial etc.) poderiam se expandir no território. Os mapas praticamente anunciavam a disponibilidade de terras para expansão de determinadas atividades produtivas, com uma espécie de fronteira agrícola, e indiretamente "vendiam" essas terras como "vazios" a serem ocupados. Inclusive, também passavam a ideia de "vazios" demográficos ao expressarem graficamente a concentração populacional no Brasil (Figura 06) ocultando os demais povos e processos de ocupação territorial pretéritos. Sobre os silenciamento em torno desse "esvaziamento" Harley (2005) diz que era muito comum as mudanças toponímicas e de signos cartográficos criados em períodos históricos anteriores.

Dentre os indícios e fatos de que tudo isso constituía um imenso catálogo de venda do território para as economias imperialistas, estão: a criação de um Museu Comercial do Rio de Janeiro e do Serviço de Propaganda do Brasil no Estrangeiro – criado em 3 de outubro de 1907, pelo Decreto-lei n. 6.688, e instalado em Paris no *Boulevard d'Italiens* (BORGES, 2007); os textos publicizados ao longo dos anos 1910-20 nos diferentes estados falando da propaganda do Brasil no estrangeiro; e as articulações em torno da instalação de escritórios, da exibição de produtos e materiais impressos em diferentes países; da realização de conferências etc. etc.

Vale dizer que embora o tempo de "vida útil" do museu e do referido serviço de propaganda tenham sido curtos (1907-1909), a experiência reverberou nos anos seguintes estimulando governantes e comerciantes à articularem contatos e intercâmbios com base nas estratégias desenvolvidas no momento anterior.

Portanto, costuravam-se negócios a partir da atuação nas diversas instâncias de poder, favorecendo interesses familiares (oligárquicos) das classes senhoriais que exerciam seu poder na escala regional. Como exemplo temos o próprio Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Sabemos que enquanto a família desse baiano articulava, por meios institucionais, os interesses de proprietários de diferentes estados, tal como vimos com a SNA; ele agia no âmbito do governo federal, ocupando cargos, a exemplo do Ministério da Indústria, Viação e Obra Públicas. Esse mesmo agente, participou do "Serviço de Propaganda da Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro" e dos serviços de abastecimento de água na capital federal. Essa trama revela, portanto, a capacidade que esses grupos tinham de articular as diferentes frações de capital no interior e para além do território brasileiro.

Sobre os mapas e o território herdado – para não concluir...

Retomamos os mapas aqui analisados para dizer de sua agenda secreta – nos termos de Brian Harley (2005). E que agenda seria essa? Fazer do território uma "miniatura" que circula como a mercadoria, que oculta o trabalho expropriado e a barbárie inerente a essa expropriação. Ademais, também se retoma esses mesmos mapas, como documentos históricos, para dizer de sua herança: o território herdado. Este que explicita as contradições e os processos de apropriação, que serve de base para a lógica de "territorialização do valor" e que se constitui nas sociedades fundadas nessa lógica.

O estudo dos mapas da SNA revela como o território era concebido em tempos pretéritos e ao mesmo tempo desvenda as heranças históricas presentes. Aquela agenda (agora nem tão secreta) permanece bastante atual e o território em "miniatura" continua a circular

para realização de trocas e para sua apropriação em escalas sem precedentes. O território herdado de um passado ainda tão presente em suas muitas continuidades históricas, continua a ser leiloado e expropriado. Nesse sentido,

> Os documentos de barbárie, contraditoriamente, podem nos ajudar em projetos de emancipação dessa sociabilidade do valor se formos capazes de dessacralizá-los, retirá-los da condição de monumentos e inscrevê-los em uma história feita à contrapelo, negativamente e que, enfim, possibilite que deles partamos para sua destruição. A barbárie que habita os documentos deve ser a chave de sua interpretação.
>
> O território-documento deixa de ser um *a priori* fabulado, história ingênua, para tornar-se um construto em disputa, logo não são as inscrições que relatam, mas as cores das tintas com as quais se deseja escrever [...]
>
> A barbárie foi difundida sempre como o "outro" da civilização, quando a civilidade em suas muitas formas de existir foi a promotora, justificadora, realizadora da barbárie. É preciso por abaixo esta civilidade colonizada com que fazemos a história da Geografia entre nós e mostrar como a barbárie nos constitui epistêmica e cognoscivelmente. (SOUSA NETO, 2020, p. 133).

Ao pesquisador que busca desvendar o passado cabe, segundo Benjamin (2012), a tarefa de se afastar de uma prática que reproduz uma perspectiva historicista e positiva, pois, assim como o documento "não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele (o documento) passou de um vencedor a outro"[13]. Portanto, para dessacralizar aqueles documentos, é preciso dizer não só o que está aparente, mas também aquilo que está oculto e as classes sociais que estão por trás desse ocultamento. Lembremos que "El concepto de "silencios" en los mapas es fundamental para cualquier argumentación en torno a la influencia de sus mensajes políticos ocultos" e que "los mapas [...] ejercen una influencia social tanto a través de sus omisiones como por medio de las características que describen y enfatizan". Nesse sentido, "La interpretación se convierte en una búsqueda de silencios, o quizá resulte de utilidade 'deconstruir' el mapa para revelar cómo el orden social crea conflitos dentro de su propio contenido (HARLEY, 2005, pp. 73, 96-97).

Fica, portanto, o desafio de romper com o contínuo daquela transmissão em que os documentos e as "conquistas" neles contidas passam de um "vencedor" para outro. Desvendar as heranças históricas que ainda hoje perpassam a apropriação territorial do Brasil, baseada na sociabilidade do valor, mas também em práticas patrimonialistas e de origem oligárquicas, é desvendar o passado que insiste em preencher nosso presente.

Referências bibliográficas

AREU, Maurício de A (2001). Cidade brasileira: 1870 – 1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Urbanização e cidades*: perspectivas geográficas. Editora: Unesp-GAsPERR, Presidente Prudente Volume 5. Pp. 35-44.

ARRUDA, Pedro Fassoni (2012). *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil*: 1889 – 1930. 1ª Edição, São Paulo: Expressão popular. Pp. 119-366

ASSIS, Raimundo Jucier de Sousa de (2016). *A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, SP, São Paulo.

BACHELARD, Gaston. A miniatura. In: _____. *A Poética do Espaço*. (Tradução: Antonio de Pádua Danesi). São Paulo: Martins Fontes, 1993. Pp. 157-189

BENJAMIN, Walter (2012). *O anjo da história*. Organização e Tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora. Pp. 7-20; 123-164.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época da reprodutibilidade técnica*. (Tradução e notas: Francisco de Ambrosis Pinheiro Machado). 2ª Reimpressão, Porto Alegre: Zouk, 2014.

BORGES, Maria Eliza L (2007*). Representações do Brasil Moderno para* ler, ver e ouvir no circuito dos Museus Commerciais Europeus, 1906 a 1908. *Revista História, Volume. 26, número. 2*, São Paulo. Pp. 92-117. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200006

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. *Fundo Francisco Bhering* (F4): instrumento provisório dos documentos cartográficos Rio de Janeiro: O Arquivo, 2013.

DEBORD, Guy. A mercadoria como espetáculo. In: _____. *A sociedade do espetáculo* – comentários sobre a sociedade do espetáculo. (Tradução: Estela dos Santos Abreu). Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Pp. 27-37.

BIAGGI, Enali De. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], número 4, Niterói – RJ, 2015. DOI: 10.4000/terrabrasilis.1094

HARLEY, J. Brian (2005). La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografia. cornp. de Paul Laxton; introd. de J. H. Andrews; trad. de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez.— México: FCE.

HARVEY, David (2015). *Paris: capital da modernidade*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo – SP: BoiTempo.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. (Tradução: João Alexandre Peschanski). São Paulo – SP: BoiTempo, 2011.

KUVASNEY, Eliane. *A representação da cidade de São Paulo nos albores do século XX – Os mapas como operadores na construção da cidade espraiada*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOIS, Carla. ¿Geopolíticas de mundos efímeros?. *Terra Brasilis (Nova Série)*[Online], Nitério – RJ, número 10, 2018. DOI : 10.4000/terrabrasilis.3377

LÖWI, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses "sobre o conceito de história"* (2005). Tradução: Wanda Nogueira Caldeira; tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo. 160 p.

MELLO, Vanessa P (2002). da S. A Sociedade Nacional de Agricultura em revista: divulgação científica e uso racional da natureza em *A lavoura* (1897-1926). *Revista Brasileira de História da Ciência, v. 5, n. 1*, Rio de janeiro. Jan-jun. Pp. 118-130.

MENDONÇA, Sônia Regina de Mendonça (2000). Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. *Mundo Agrario, vol. 1, n. 1*, Buenos Aires.

PEREIRA, Margareth da Silva (2000). *A Exposição Nacional de 1908 ou o Brasil visto por dentro*. ArqTexto, número 16, Porto Alegre. Pp. 6-27. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf

SILVA, Márcia Cabral da Silva; SANTOS, Liana Pereira Borba dos. "Força pedagógica que despertará o Brasil, gigante que dorme" – *Revista Nacional* (1921-1923). In: NERY, Ana Clara Bortoleto; GONDRA, José. Imprensa Pedagógica na Ibero-América: local, nacional e transnacional. São Paulo: Alameda, 2018.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. Narrativa em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo. In: LIRA, Larissa Alves de; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DUARTE, Rildo Duarte. Geografia das ciências, dos saberes e da história da geografia (orgs.). São Paulo: Alameda, 2020.

Arquivos e acervos consultados

Map Collection David Rumsey.

Site: https://www.davidrumsey.com/

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Site: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/

Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin

Site: https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011739&bbm/2652#page/1/mode/2up

Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP – Acervos de Mapas.

Notas de fim

1. Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do levantamento documental para minha tese de doutoramento. Contudo, o conteúdo deste artigo não diz respeito diretamente ao que vem sendo pesquisado no escopo da referida tese. A dita pesquisa documental, por sua vez, tem sido realizada com bolsa de estudos oferecida pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – Fapesq.
2. Acesso em https://digital.bbm.usp.br/view/?45000011739&bbm/2652#page/1/mode/2up
3. Expressão apresentada no texto que justificava a elaboração dos mapas da SNA em 1908.
4. Os mapas dessa Comissão foram apresentados na exposição oral realizada Enali Di Biaggi no 7º Simposio Iberoamericano de Historia de la Cartografia (7º SIAHC), realizado em abril de 2018 na cidade de Quito, Equador. O texto apresentado ainda não foi publicado.
5. As Reformas promovidas por Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro ocorreram entre 1903 e 1906.
6. "Em 30 de dezembro de 1906 foi publicada a Lei n. 1.617, cujo artigo n. 35 aprovava as bases segundo as quaes havia de organizar-se uma Exposição Nacional em 1908, que se deveria abrir proximamente á chegada a esta capital [Rio de Janeiro] dos soberanos portugueses" (Borges, 2007, p. 97 – Ver: Center For Research Libraries. Brazilian Government Document Digitization Project. Ministerial Reports, 1821-1960. Ano 1908. p. XIV <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.html>)
7. Os debates estavam presentes na revista da própria Sociedade
8. Sobre esses dois ministérios, ver o projeto Memória da Administração Pública Brasileira no site do Arquivo Nacional.
9. Os irmãos Weiszflfog, eram alemães que chegaram ao Brasil no final dos anos 1890. Logo se associaram ao seu conterrâneo, Bühnaeds que na época investia no ramo de papelaria. "Em 1905, adoentado, Bühnaeds deixa a sociedade. Nasce então a Weiszflog Irmãos – Estabelecimento Gráfico. Os serviços da gráfica dos Weiszflog ganham rápido reconhecimento em razão da qualidade superior dos seus produtos. Percebendo isso, o educador Arnaldo de Oliveira Barreto sugere aos Weiszflog que se tornem também editores. A sugestão é aceita" (História da Editora Melhoramentos. Cf. http://editoramelhoramentos.com.br/v2/a-editora/historico/). Vale dizer que essa sociedade tem algumas conexões com os negócios de Antônio Proost Rodovalho, que nos anos 1900 investiu nos melhoramentos urbanos da cidade de São Paulo.
10. Esse agrônomo também teve efetiva participação na regulação e gestão de escolas agrícolas, a exemplo da escola agrícola de Recife.

11. Expressão utilizada pelo geógrafo Maurício de Abreu para se referir ao tempo histórico a que se refere a discussão.
12. Aqui nos referimos a "imaginação geográfica" discutida por Harvey (2015) quanto às aceleradas mudanças observadas na sociedade burguesa do século XIX
13. Tese VII de Walter Benjamin sobre o conceito de História. Essa tradução foi retirada do livro "*Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*" de autoria de Michel Löwi (2005).